

Os pesados edifícios da história: debates historiográficos sobre os anos 1960/70 no Brasil e na Argentina

LUCAS DUARTE* E CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR**

Em seu livro *Se um viajante numa noite de inverno*, Italo Calvino nos apresenta uma imagem extremamente estimulante: um transeunte que, na cidade, procura apagar elementos à sua volta optando simplesmente por não levá-los em consideração.

Caminhando ao longo da grande avenida de nossa cidade, apago mentalmente os elementos que decidi não tomar em consideração. Passo ao lado do edifício de um ministério, cuja fachada é cheia de cariátides, colunas, balaústres, pedestais, mênulas, métopas, e sinto a necessidade de reduzi-la a uma superfície lisa e vertical, uma lâmina de vidro opaco, um tabique que recorte o espaço sem impor-se à vista. Mesmo simplificado, o edifício continua a pesar opressivamente sobre mim. (Calvino, 1999, p.248)

Extraído de uma obra literária e, portanto, passível de múltiplas e livres interpretações, o excerto pode ajudar-nos a pensar algumas questões referentes à prática historiográfica contemporânea. O abandono de categorias totalizantes, a recusa, em diferentes níveis, às possibilidades emancipatórias da organização

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ) e doutorando em História no Instituto de Altos Estudios Sociales/UNSAM. Bolsista Doutoral do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). E-mail: lucas.lado@gmail.com

** Professor de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: zacasenajr@uol.com.br

política e a condenação apriorística de seus agentes são alguns dos elementos que animam certa historiografia, desde os anos 1980, a respeito dos conflitos que envolvem o passado recente. O intento de enviesar determinados componentes desse passado – casas, edifícios ou avenidas inteiras – não impede, no entanto, que eles continuem a “pesar opressivamente” sobre sua interpretação no presente. Não obstante, tal esforço sugere a necessidade de se problematizar tendências do revisionismo histórico no atual cenário acadêmico.

A pequena referência a Calvino poderia ser acrescida de um diálogo fecundo com o autor de *Cidades invisíveis* promovido por Carlo Ginzburg, seu compatriota. Citando o conto “Lembrança de uma batalha”, do livro *O caminho de San Giovanni*, o historiador italiano constata que as recordações que se esfumam e que são contaminadas pela dúvida podem, por vezes, terminar por produzir uma falsa “confiança no início”, como se as verdades fossem produtos objetivos de um procedimento de lembrança sem a interferência da memória, sujeita a desfazer, de maneira incontestada, recordações e certezas: “Pode a memória abolir a mediação constituída pelas ilusões e distorções do nosso eu de outrora, para alcançar as ‘coisas’ (‘as coisas em si’)?”, pergunta o historiador, desconfiando de qualquer perspectiva que tome o passado como um absoluto e insuspeito verdadeiro (Ginzburg, 2007, p. 276).

Sem ceder ao relativismo sobre o que vem a ser a verdade na história, o que Ginzburg pretende ao retomar a reflexão autobiográfica de Calvino, como faz questão de anunciar, é “desfazer a imagem corrente” que aborda esse autor como pós-moderno. Ao enveredar pelos meandros das recordações de alguém que opera um passado conflituoso a partir das próprias lembranças, ainda que insistindo na forma precária como essa relação é percebida, o historiador intui que nas últimas palavras de Calvino – “Tudo o que escrevi até aqui me serve para compreender que daquela manhã já não recordo quase nada” – há a sugestão de que “o passado, apesar de tudo, não é inalcançável” (Ibid.).

Tomemos, ainda, outra analogia, igualmente fecunda, proposta por Eric Hobsbawm em seu livro dedicado a combater o revisionismo sobre a Revolução Francesa, especialmente aquele esposado por François Furet na obra *Penser la Revolution française*, de 1983:¹

Enquanto escrevo, vejo Santa Mônica desde o alto de minha janela e o que vejo é bastante real. Não invento os prédios, as palmeiras, o estacionamento que se encontra seis pisos abaixo ou as colinas adiante, apenas delineadas entre a neblina. [...] Da infinidade do que é objetivamente observável lá fora, eu estou de fato observando apenas uma seleção muito limitada. E, é claro, se eu estivesse aqui olhando a mesma cena desde a mesma janela em algum outro momento, poderia

¹ Na edição brasileira, *Pensando a Revolução Francesa* (1989).

estar focalizando distintos aspectos; ou seja, fazendo uma seleção distinta. No entanto, é quase inconcebível que eu, ou qualquer outra pessoa, olhando por esta janela em qualquer tempo em que a vista permanecesse como está, não pudesse ver, ou mais precisamente, notar algumas das características inevitáveis do panorama: por exemplo, o delgado pináculo da igreja exatamente ao lado do grande terraço plano de um edifício de 18 andares. (Hobsbawm, 1996, p.17-18)

Se até aqui poderia restar alguma dúvida sobre a inteligibilidade do passado de um ponto de vista que não seja apenas uma versão recortada daquele que lembra, Hobsbawm encerra, de uma vez, qualquer ilusão a esse respeito. Porque ainda que para nós seja impossível separar as formas de operação de acesso a um acontecimento, uma reminiscência, ou mesmo à lembrança de uma paisagem, devemos considerar que a operação historiográfica não pode ficar refém da memória, sua incômoda e inseparável companheira. Da mesma forma, o pressuposto de que a memória incide sobre o trabalho do historiador, implica pensar as formas como distintas perspectivas que esgrimem posições, configurando um insidioso campo de batalha sobre o passado recente com incontornáveis repercussões no fazer historiográfico.

A intenção deste trabalho, no qual se pretende enveredar pelos meandros da complicada relação entre passado e presente, da forma como propõe Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de História, é identificar as raízes comuns entre interpretações que vêm ganhando força ao longo das últimas décadas nas historiografias do Brasil e da Argentina. Ao identificar em que medida tais interpretações representam o exercício acadêmico de certas concepções de mundo de feição conservadora, buscaremos analisar, de forma comparativa, as versões brasileira e argentina do fenômeno hoje hegemônico nas duas historiografias que lidam com processos de emergência das memórias e de abandono de perspectivas críticas, especialmente o marxismo.

A história sem partido do Brasil e da Argentina

Desde as últimas décadas do século XX, as disputas em torno da inteligibilidade do passado, a defesa da racionalidade científica e da possibilidade de apreensão do real ganharam contornos específicos. Com a explosão dos estudos sobre a memória a partir da década de 1970, uma importante modificação se processou com resultados nem sempre plenamente controlados pelos historiadores dedicados ao estudo de um passado recente e conflituoso, demarcado por guerras, ditaduras, genocídios ou revoluções que definiriam a última catástrofe, na feliz elocução de Henry Rousso (2016, p.24):

O interesse pelo passado próximo parece assim estar inelutavelmente ligado a um momento de violência paroxística e ainda mais aos seus efeitos, ao tempo que se segue ao acontecimento deflagrador, tempo necessário à compreensão, à tomada de

consciência, à tomada de distância, mas tempo marcado também pelo traumatismo, e por fortes tensões entre a necessidade e o atrativo do esquecimento.

O ano de 1989 representa, nesse sentido, um importante estágio de ruptura, um limiar onde o encerramento de uma época abriu espaço para o anúncio de outra época em que “o antigo e o novo se mesclam” e que palavras como “revolução”, “comunismo”, entre outras, terminaram por adquirir “um significado diferente no seio da cultura, das mentalidades e do imaginário coletivo”. A este respeito, em consonância com as transformações ocorridas no mundo, como assegura Enzo Traverso, tais palavras, “ao invés de designarem uma aspiração ou uma ação emancipadora, evocam de agora em diante um universo totalitário” (Traverso, 2012, p.12, tradução nossa).

As profundas transformações experimentadas em todo o mundo desde aquele ano intenso, em que ao lado das comemorações em torno do bicentenário da Revolução Francesa, experimentava-se uma grande crise das utopias a partir da queda do Muro de Berlim, fizeram os anos anteriores, mesmo os muito próximos cronologicamente, parecerem “um tempo distante em que o relógio dava uma hora diferente, o inverno tinha outro cheiro e os coques no cabelo se amarravam de outra maneira”, como na metáfora de Jana Hensel (2009, p.35, tradução nossa).

Naquele contexto, assistiu-se ao surgimento de inúmeras teorias que se apresaram em decretar o “fim da história”, o triunfo irrefutável do capitalismo e o seu corolário, a morte das utopias e dos projetos coletivos. São bem conhecidos os trabalhos de autores como Francis Fukuyama, emblemáticos desse tipo de leitura apologética do liberalismo e de uma espécie de hegelianismo tardio coberto pela tese de “fim da história” (Fukuyama, 1992; Anderson, 1992, p.16-17). Por outro lado, estudiosos com compromissos ideológicos opostos, assinalaram a intensidade contraditória das mudanças experimentadas a partir da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS, chamando a atenção para seus reflexos no ambiente intelectual contemporâneo. O historiador catalão Josep Fontana afirma, por exemplo, ao se referir ao “fracasso das profecias” oriundas das formas como o pensamento histórico dominante surgido com o fim da Segunda Guerra encontraram seu termo ou, pelo menos, tiveram sua crise acelerada em 1989:

[...] um ano que viu, ao mesmo tempo, o início do desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, a contraofensiva conservadora em torno do segundo centenário da Revolução Francesa e a aparição do artigo de Fukuyama, que proclamava que o tempo das revoluções e contrarrevoluções havia terminado porque, sensivelmente, tínhamos chegado ao fim da história. (Fontana, 1998, p.271)

Em vista disso, não deve surpreender a ninguém que a obra *Era dos extremos*, de Eric Hobsbawm, só tenha chegado às livrarias francesas, por iniciativa de um editor belga, cinco anos depois de sua publicação original inglesa em 1994, e

após ter sido traduzida em mais de vinte línguas. De acordo com Enzo Traverso, o motivo de tal atraso era explicado por Pierre Nora, que considerava esta obra “anacrônica e inspirada em uma ideologia de outra época” que muito provavelmente “nunca seria rentável para um editor”. Em contrapartida, livros como *O passado de uma ilusão*, publicado originalmente em 1995, e *O livro negro do comunismo*, de 1997, eram saudados com entusiasmo num ambiente intelectual francamente hostil ao marxismo e às possibilidades representadas pelos projetos coletivos (Traverso, 2012, p.36).

O significado de tais mudanças, que tanto atingiram o vocabulário, como as formas de interpretação do passado, sintomáticas de uma profunda transformação de perspectiva, permitem, segundo Traverso, definir o ano de 1989 como um ponto de inflexão a partir do qual modificou-se radicalmente a maneira de pensar e escrever a história do século XX, com repercussões em todos os continentes. Os “festejos funestos” do bicentenário da Revolução Francesa anunciavam que todas as revoluções deveriam ser enterradas como portadoras de projetos totalitários e os historiadores assumiram-se como memorialistas, coveiros das revoluções e apologistas de suas vítimas.

Assim, a licença reivindicada por Furet para falar de sua própria época e misturar sua autobiografia com a história de seus personagens em *O passado de uma ilusão* era admitida como necessária, pois, como afirma, “todo livro de história tem também a sua história”. Assim, prossegue o autor:

Tenho com o tema de que trato uma relação biográfica. *O passado de uma ilusão*: para reencontrá-lo, preciso só me voltar para aqueles anos de minha juventude em que fui comunista, entre 1949 e 1956. A questão que tento hoje compreender é, portanto, inseparável de minha existência. Eu vivi de dentro a ilusão cujo caminho tento remontar, numa das épocas em que ela estava mais difundida. Devo lamentá-lo no momento em que escrevo a sua história? Não acredito. A 40 anos de distância, considero minha cegueira de então sem indulgência, mas sem acrimônia. Sem indulgência, porque, a meu ver, a desculpa que muitas vezes se tira das intenções não serve de remissão para a ignorância e para a presunção. Sem acrimônia, porque aquele compromisso infeliz me instruiu. Dele saí com um começo de questionário sobre a paixão revolucionária e vacinado contra o investimento pseudoreligioso da ação política. (Furet, 1995, p.13-14)

Todavia, o que em Furet era o orgulho apóstata daqueles que em 1989 podiam ser tomados como os vencedores, em Hobsbawm era a parcimônia de um historiador consciencioso que, percebendo a derrocada de uma era, escrevia em tom de tragédia, não pretendendo confundir a história com sua biografia. Com efeito, após se referir às próprias hesitações em trabalhar com o período posterior a 1914, em que a história podia se confundir com seu próprio tempo de vida (Hobsbawm, 1995, p.7), em *Tempos interessantes*, sua autobiografia, Hobsbawm

fez questão de dizer: “De certa forma, este livro é o avesso de *Era dos extremos* [...]” (Hobsbawm, 2002, p.10). Formado entre historiadores para quem o passado era algo distante do que tinha acontecido na história do presente, o que Hobsbawm pretendia dizer era que “a história necessita de distanciamento, não apenas das paixões, emoções, ideologias e temores de nossas próprias guerras religiosas, mas das tentações ainda mais perigosas da ‘identidade’”. Por conta disso, mesmo sem renunciar às incontornáveis simpatias militantes que o moviam como historiador marxista, defendia que o “passado permanece sendo outro país, cujas fronteiras somente podem ser atravessadas pelos viajantes. Porém [...], os viajantes são, por definição, gente que se afasta de sua comunidade” (Ibid., p. 451-452).

Dito isso, é preciso situar o debate que move uma parte da historiografia sul-americana e se refere às ditaduras que apenas recentemente ficaram para trás. Considerando que “revoluções inevitavelmente invocam partidarismo” (Murphy, 2008, p.45), também golpes, ditaduras e a luta política em geral seguem movendo as polêmicas situadas no interior da historiografia do Brasil e da Argentina. Sobre o assunto, é preciso destacar os efeitos dos processos de redemocratização que se estabeleceram ao longo da década de 1980 e que também deixaram marcas profundas na compreensão do mundo e na produção historiográfica da região. Superadas as ditaduras de diversos países, e passadas algumas décadas, são numerosos os trabalhos dedicados ao estudo dos regimes e das resistências que a eles se opuseram. No Brasil, como na Argentina, reflexões ao redor de temas como a luta armada, a democracia e o binômio coerção/consenso nos contextos das ditaduras têm sido palco de valiosos e acerbos debates.

Nos dois países, o retorno da democracia formal em meados dos anos 1980 inaugurou um momento em que os balanços sobre as experiências ditatoriais recentemente superadas adotaram um caráter majoritariamente edificador. Ou seja, estavam dirigidos pelo esforço em delinear determinadas bases sobre as quais se deveria assentar o novo regime político. Nesse cenário, as versões de ex-militantes de organizações armadas, de personalidades associadas à defesa dos direitos humanos, de políticos golpeados, de grandes empresários, enfim, de setores sociais dos mais diversos e de naturezas antinômicas convergiram na direção de acordos mínimos a respeito da importância da defesa de instituições democráticas. É nesta conjuntura que emerge a chamada teoria dos dois demônios que, embora nunca tenha sido elaborada como tal, parecia condensada no prólogo à primeira edição do Informe da Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas, publicado em 1984 na Argentina: “Durante a década de 1970 a Argentina foi convulsionada por um terror que provinha tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda” (Conadep, 1984, p.7, *tradução nossa*).

Mesmo tendo sido alvo de duras críticas e de contraposições desde sua emergência, os “dois demônios” nunca deixaram de rondar as discussões sobre os regimes ditatoriais que tiveram lugar no Cone Sul ao longo da segunda metade do século XX. Recentemente, no entanto, transformações operadas dentro e fora

da academia parecem ter oferecido maior vigor a análises que, ainda quando discretamente, aproximam-se de forma inusitada dessa perspectiva.

Nesse sentido, é possível sublinhar algumas tendências atuais na historiografia sobre o passado recente nos dois países. Em linhas gerais, ambas têm sido marcadas por alguns elementos comuns: a) a reivindicação da necessidade de “colocar a sociedade diante do espelho”, atribuindo-lhe responsabilidades a respeito dos horrores vivenciados durante os governos militares; b) a supressão ou ofuscamento do sentido político e racional da atuação das organizações armadas – em que pesem as radicais diferenças nos níveis de organicidade e impacto social nos dois países – ou sua condenação moral pura e simples; c) o abandono, nas análises sobre o passado recente, de conceitos como os de luta e consciência de classe que vem acompanhado, em boa parte dos casos de; (d) uma oposição nem sempre velada à historiografia marxista doravante identificada como militante e, portanto, menos científica.

O resultado dramático dessa movimentação é que, por vezes, historiadores, como o brasileiro Carlos Fico, quando atribuem aos militantes de organizações armadas uma sorte de “atitude inercial e suicida” (Fico, 2017, p.46) diante da repressão terminam aproximando-se arriscadamente de constatações tão discutíveis quanto as do argentino Sérgio Bufano, segundo o qual quando do último golpe militar na Argentina em 1976, os militares apenas teriam recolhido os restos de organizações armadas “que se haviam suicidado com seus próprios excessos” (Bufano, 2007, p.53, *tradução nossa*). O deslocamento do sujeito da ação, aqui, não pode ser menosprezado. Mesmo levando-se em conta seus erros táticos, sua inexperiência, seus cálculos imprecisos e sua possivelmente incorreta avaliação da conjuntura, não é razoável ignorar que as organizações armadas, em todo o Cone Sul, foram alvo de um aparato repressivo que não hesitou em lançar mão de métodos terroristas já bem estudados. A contraversão do sujeito que atua leva, necessariamente, nesse caso, a uma elaboração de lógica duvidosa, pois obscurece a radicalidade da repressão imposta a esses grupos e dificulta a compreensão de seus motivos, ou seja, do sentido de sua atuação. É difícil compreender suas posturas, decisões e seu projeto político se partimos do pressuposto que, de alguma maneira, pretendiam afinal a morte. É ainda mais difícil aproximar-se da história da luta armada se partimos de posturas dicotômicas que opõem cirurgicamente direção e base, a própria organização e sua militância.

Esse quadro está inserido em um contexto geral atravessado por importantes redimensionamentos no que tange às relações contemporâneas com o passado, e do historiador com a sociedade, que quase sempre repercutem um enfraquecimento da compreensão política do fazer historiográfico. É nesse sentido que diante da afirmação feita por seus entrevistadores, de que a associação entre o “político e o acadêmico” seria uma armadilha, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, autor de *A revolução faltou ao encontro*, arremata: “Sem dúvida isso também. Como eu liderei o movimento lá contra o grevismo, a gente conseguiu quebrar essa história.

[...] Nós montamos uma turma acadêmica exclusivamente academicista” (apud Joffily; Schalatter, 2011, p.248). Talvez por isso Daniel Aarão não tenha dúvidas de que a corrente em que se encontra “contribui mais e melhor para a história recente do regime ditatorial do que as histórias oficiais e militantes” (Bublitz, p.2014), no que é acompanhado por Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, que asseguram que: “Passado o confronto – da afirmação, da luta contra a negação, mesmo que as tiranias jamais tenham desaparecido – é preciso superá-lo, ir adiante. O trabalho militante diferencia-se, pois, do trabalho do historiador” (Quadrat; Rollemberg, 2011, p.14).

No caso argentino, os debates entre Horácio Tarcus e Elias Palti a partir da polêmica originada por *No Matarás* de del Barco – sobre o qual nos deteremos a seguir – terminaram por reunir muitos dos elementos e tensões que têm agitado o ambiente historiográfico nessas primeiras décadas de século XXI. Especialmente nos textos que encerram a ríspida discussão, que se estendeu por cerca de oito publicações, e de onde emergem reflexões interessantíssimas das duas partes, ficam evidentes as formas diversas com que os autores apreendem as experiências passadas e sua atividade de interpretação no presente. Num dos lances de maior aspereza em seu texto, Palti acusa na obra de Tarcus certa vontade de “ideologizar a história”, o que seria “inerente à história militante” (Palti, 2012, p.230, *tradução nossa*). Em tom igualmente enérgico, Tarcus escreve uma resposta que demarca posições afinadas com o trabalho a que nos propusemos:

Não somente “fazem política” os historiadores que assim o declaram. A perspectiva mais objetivista ou cientificista tampouco escapa ao posicionamento político. Alguém poderia afirmar que inclusive o projeto rankeano de conhecer o passado “tal e como verdadeiramente foi” está além da ideologia? Os historiadores, desde o momento em que identificamos/construímos uma problemática do passado, estamos tomando uma decisão político-historiográfica desde o presente. (Tarcus, 2013, p.247, *tradução nossa*)

De certo modo, a resposta de Tarcus nos remete novamente à questão do edifício imaginado por Calvino: o que, no presente, escolhemos ver no passado e o que, mesmo inconscientemente, decidimos ignorar. Essa é uma problemática ineludível para o fazer historiográfico que não pode ser desvinculado dos regimes de memória de uma época, nem tampouco de qualquer operação historiográfica, assumida ela o lugar de militante ou a negue. Em que pesem as diferenças cruciais na realidade histórica experimentada pelos dois países, há interessantíssimos pontos de contato em sua forma de apreensão do passado recente na atualidade.

No sentido assinalado por Enzo Traverso, como elementos constituintes deste começo de século XXI, o “antitotalitarismo liberal, um humanitarismo consensual e a naturalização da ordem dominante” estabeleceriam as linhas gerais em cujo interior os historiadores trabalhariam as “novas coordenadas políticas e ‘epistêmi-

cas””. Posto que “a história se escreve sempre no presente” (Traverso, 2012, p.14), parece ser indispensável situar o momento em que uma historiografia anódina e pretensamente não militante ou apartidária emerge no Brasil e na Argentina em oposição aos discursos que não pretendiam disfarçar seu empenho em derrotar a ditadura através da escrita da história e pela edificação de uma memória histórica comprometida com a promoção da justiça.

Não matarás: debates sobre violência, política e luta armada na historiografia argentina

Entre os meses de outubro e novembro de 2004, a revista cordobesa *La Intemperie* publicou o texto de uma entrevista feita com Héctor Jouvé, um dos fundadores do Ejército Guerrillero del Pueblo (EGP), grupo revolucionário apoiado por Che Guevara, que teve curta atuação no norte argentino ao longo da década de 1960. Realizado 40 anos depois daquela experiência, o testemunho de Jouvé é rico em reflexões e questionamentos a respeito daquele período histórico, da atuação das organizações armadas, dos vínculos entre a derrota dos projetos revolucionários e o estado atual da política em seu país. Em seu relato, o ex-guerrilheiro introduz impressões sobre as contradições do *foquismo* como tática revolucionária, avalia os atuais métodos de organização popular, reitera a crença na possibilidade de transformação da realidade, apesar da angústia de viver em um mundo onde “não sabemos para onde vamos” (Jouvé, 2005, *tradução nossa*).²

No entanto, nenhum trecho do texto foi tão divulgado e debatido quanto aquele no qual Jouvé menciona o fuzilamento, no interior do EGP, de dois militantes acusados de deserção.

E, bem, também se faz um julgamento contra ele, o rapaz bancário (Bernardo Groswald). Esse julgamento termina em um fuzilamento. Estivemos todos quando ele foi fuzilado. Realmente me pareceu uma coisa inacreditável. Eu acho que era um crime, porque ele estava destruído, era um paciente psiquiátrico. Acho que, de algum modo, somos todos responsáveis, porque todos estávamos comprometidos em fazer a revolução. (Ibid.)

A repercussão do testemunho de Jouvé foi amplificada pela divulgação, na mesma revista, de uma resposta elaborada pelo filósofo e também ex-militante do Ejército Guerrillero del Pueblo, Oscar Del Barco, contendo uma condenação generalizada a todas as formas de violência capazes de ocasionar a morte de um

2 Para este trabalho utilizamos os textos que formaram parte da polêmica do “no matarás” publicados entre os números 14 e 18 da revista cordobesa *La Intemperie*, entre 2004 e 2005, reunidos em coletânea pela revista *El Interpretador* em seu número de 15 de junho de 2005, disponível em: <http://elinterpretador.blogspot.com.br/2005_09_01_archive.htm> ou <<http://myslide.es/documents/no-mataras-una-polemica-revista-intemperie.html>>.

ser humano, cristalizada na sentença “*no matarás*”. Em tom extremamente crítico com relação à sua própria participação no EGP, Del Barco defende em sua correspondência que “não existe nenhum ideal que justifique a morte de um homem, seja do general Aramburu, de um militante ou de um policial” (Ibid.). Por esse caminho, Del Barco avança em uma impugnação da moral guerrilheira, uma reconsideração da “teoria dos dois demônios”, para questionar-se mais adiante: “que diferença há entre Santucho, Firmenich, Quieto e Galimberti,³ por uma parte, e Menéndez, Videla o Massera pela outra”. Levada ao limite, sua desaprovação moral à violência lhe permite concluir que: “Os chamados revolucionários se converteram em assassinos em série, desde Lenin, Trotsky, Stálin, Mao, até Fidel Castro e Ernesto Guevara” (Del Barco, 2005, *tradução nossa*).

A polêmica desencadeada pelo “*no matarás*” de Del Barco resulta especialmente interessante porque parece abrigar muitos dos elementos que têm orientado as releituras atuais sobre o passado recente na Argentina. As respostas às suas cartas enviadas à própria revista, ou publicadas em outros meios, revelaram posicionamentos bastante distintos a respeito da luta armada e reintroduziram no debate intelectual uma vigorosa discussão sobre a “agência” e as “responsabilidades” da sociedade como um todo e dos guerrilheiros em particular, na brutal experiência repressiva implantada naquele país ao longo dos anos 1970. Tomando parte nessas reflexões, a historiadora Victoria Basualdo chama a atenção para o fato de que:

Uma primeira dificuldade de reexaminar criticamente a história das organizações armadas se relaciona com uma série de fraturas e transformações, subjetivas e estruturais, que tiveram lugar nas últimas décadas [...] e que fizeram que muitos códigos e convicções daquela época se tornassem incompreensíveis ou impossíveis de traduzir trinta anos mais tarde, muitas vezes inclusive para os próprios protagonistas. (Basualdo, 2007, p.11, *tradução nossa*)

Um estudo sobre a atuação daqueles indivíduos, que não leve em conta tais transformações, corre o risco de resvalar em uma prescrição moralizante a respeito do passado recente e de posições políticas constituídas à revelia da institucionalidade. É o que o também filósofo argentino Alberto Parisí procura destacar em sua resposta à correspondência de Del Barco, quando se pergunta sobre a possibilidade de enquadrar no rol de “assassinos em série”, por exemplo, figuras como Tupac Amaru e Thomas Muntzer.

Julgar sobre a vida e a morte dos seres humanos com os quais vivemos e interagimos em sociedades ancestralmente desiguais e conflitivas, sociedades que

3 Militantes e dirigentes de importantes organizações armadas que atuaram ao longo da década de 1970 na Argentina.

evoluíram e se edificaram sobre a vida de milhões de vítimas, posicionando-se na abstrata generalidade de um mandato religioso, acarreta o risco de um julgamento fundamentalista, já não sobre as revoluções e o século XX, mas sim sobre toda a história da humanidade. (Parisi, 2005, *tradução nossa*)

No campo historiográfico propriamente dito, trabalhos como o do psicanalista Hugo Vezzetti têm encontrado ampla ressonância, apesar de se aproximarem, com sofisticação indiscutivelmente maior, dessa tendência a realizar “uma condenação moral da violência guerrilheira, ao invés de uma análise em torno de processos, rupturas e continuidades” (Campos, 2013, p.80, *tradução nossa*). Nesse sentido, a avaliação depreciativa das organizações armadas termina por ditar uma concepção “que encontra seu fundamento em uma prescrição moral e uma filosofia política ligada à defesa dos valores democráticos liberais” (Ibid., p.81, *tradução nossa*).

O próprio Vezzetti se inscreve nessa tradição quando reivindica que a partir da intervenção de Del Barco “se acaba certa idade da inocência” no que diz respeito às práticas revolucionárias e passam a surgir reflexões relacionadas “às questões da responsabilidade, a relação com o terror e a morte, a impossibilidade de separar os meios dos fins” (Vezzetti, 2009, p.114, *tradução nossa*). Numa espécie de elogio à *mea culpa*, o autor afirma que:

Diante das visões maniqueístas, das autocríticas complacentes, dos eufemismos e das reticências ao enfrentar os custos terríveis da morte e do sangue por detrás das estampas do heroísmo ou do álibi das boas intenções, há lições para aprender da combinação do compromisso intelectual e da paixão com que alguns, no exílio, coletiva ou individualmente, foram capazes de colocar perguntas e objeções dirigidas a esse passado trágico. (Ibid., p.83, *tradução nossa*)

A principal crítica a que podem ser submetidos trabalhos informados por conteúdos similares ao do “*no matarás*” de Del Barco consiste na sua alarmante dívida para com a historicidade dos acontecimentos, senão para com a própria história. Apreendendo aquela experiência desde um presente constituído após rupturas sucessivas e intensas transformações, descuidam da necessidade de refletir sobre o contexto onde estiveram inseridos os eventos estudados. Ao negarem historicidade a seus sujeitos, terminam precipitando-se numa avaliação moralista, com um sentido ideológico prontamente detectável, do passado. De acordo com Pablo Pozzi (2006, p.7, *tradução nossa*):

A característica particular da guerrilha não era o uso da violência política, mas sim que a luta armada era considerada uma das vias (e para alguns a via principal) para a tomada do poder e a transformação revolucionária socialista da sociedade. Todos os que criticam a guerrilha por “violenta” realmente a estão criticando por haver sido revolucionária e se ter constituído em uma alternativa real de poder.

O que parece emergir dessas críticas é a já mencionada concepção liberal a respeito das margens preestabelecidas para a atuação política e uma defesa intransigente das “regras do jogo”. Por isso, o tensionamento dos limites da participação democrática formal, a radicalização de práticas militantes ou a elaboração de projetos de ruptura revolucionária da ordem capitalista passam a ser pejorativamente enquadrados como violentos, intolerantes e autoritários. Evitando confrontar as monumentais contradições das sociedades no interior das quais esses projetos puderam se constituir – esforçando-se, ainda que inconscientemente, por torná-las “superfícies lisas” –, o que esse tipo de análise histórica reproduz é, no fundo, uma visão depreciativa sobre o próprio passado. Ali não seria possível encontrar momentos de esperança, de luta por emancipação, somente escombros; esses sim, incontornáveis.

“Déficit democrático”, golpe e ditadura na historiografia brasileira

É evidente que muitas das questões evidenciadas pela polêmica em torno de Del Barco não permitem analogias simplificadoras, pois dizem respeito a eventos de proporções e com características particulares da história recente argentina. No entanto, é também possível notar as conexões entre tendências historiográficas dos dois países apoiadas em uma parecidíssima “lógica reducionista que se conforma através de dicotomias simples como democracia/ditadura, política/violência, consenso/autoritarismo”, como aponta Esteban Campos (2013, p.84) em sua qualificada análise a respeito do caso argentino.

Se naquele país o que tem movido a porção mais acirrada dos debates são questões relacionadas às interações entre violência e política, num discurso que termina por distribuir responsabilidades a respeito do estrondoso número de mortos e desaparecidos durante a última ditadura (1976-1983), no Brasil, por sua vez, há uma enorme preocupação em apontar certo “déficit democrático” na “cultura política” da sociedade como um todo:

Na verdade, porém, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira. As tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas. Às vésperas de 1964, o golpe estava no ar e podia vir – e vinha – de diferentes partes [...]. Portanto, as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um valor supremo. (Rollemberg, 2003, p.46)

Quando o problema principal não se vincula a um suposto déficit democrático que se toma de empréstimo a uma abordagem que tem como centro a noção de “cultura política”, as explicações descambam para o politicismo típico das teorias weberianas sobre escolhas racionais. Com o mesmo ímpeto moralizante descrito acima, Argelina Cheibub Figueiredo aponta os fatores que determinaram que a democracia fosse eliminada em 1964, aludindo aos papéis jogados, à esquerda

e à direita, que “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas necessidades” (Figueiredo, 1993, p.202). E visto que em 1964 ambos os grupos atuavam no sentido de fazer valer os seus desígnios e intenções individuais para além do que era concebível pelo governo disposto a realizar reformas, a ruptura se efetuou de uma forma cujos resultados foram coletivamente indesejáveis (Przeworski, 1993, p.15).

Mas não são só com as chaves da “cultura política” ou da “escolha racional” que tal historiografia se movimenta. Crítico das duas perspectivas, Carlos Fico não deixou de imputar às organizações de esquerda e seus quadros responsabilidades que só puderam lhes ser atribuídas *a posteriori*, e justo no momento em que um revisionismo vociferante se consagrou no país:

Após o AI-5, esses estudantes, seguramente frustrados com o que aconteceu, se tornaram facilmente recrutáveis pelas organizações que se autodenominavam revolucionárias. Tais jovens abandonaram família e amigos, passaram a viver isolados, em moradias temporárias, com nomes falsos, sob rotinas exigentes impostas pelas organizações para mantê-los sob “tensão máxima” e, mesmo sem treinamento adequado, participaram eventualmente de ações armadas e/ou de atividades de risco que envolviam a preparação de tais ações. Muitos foram presos e torturados; alguns foram mortos. O ingresso desses rapazes e moças nas mencionadas organizações seguramente deveu-se a motivações mais imediatas do que as que levaram os quadros dirigentes e militantes mais antigos a optarem, antes do AI-5, pela “luta armada”. [...] Trata-se de tópico delicado porque chama atenção para o fato de que os dirigentes das organizações que se diziam revolucionárias estavam em condições de antever os resultados trágicos do recrutamento de jovens inexperientes. (Fico, 2017, p.42)

Para não retornar ao tema do suicídio tratado acima – que, no entanto, se soma a esse tipo de afirmação –, seria possível enfrentar esse enunciado com questões ainda mais elementares. Além de evidenciar uma pouca confiança na capacidade de discernir, escolher e adotar projetos políticos por parte desses jovens, o que resulta alarmante no raciocínio proposto por Fico é que através dele é impossível elaborar uma imagem das organizações armadas que esteja acorde com sua complexidade, suas diferentes estruturas internas, suas contradições. Aqui elas aparecem como entidades idênticas, lideradas por militantes experientes capazes de cooptar jovens ingênuos e indefesos impondo-lhes seu programa de “tensão máxima”, a despeito de já conhecerem o trágico destino a que se dirigiam. Vale ressaltar que na Argentina as contradições dessa tendência de contrapor, no interior das organizações armadas, direções negligentes e jovens inexperientes vem sendo apontadas há bastante tempo e por autores de imensa importância (Pozzi, 2006).

Dentro dos marcos que orientam uma identidade conservadora na historiografia recente dedicada ao assunto no Brasil, uma memória coletiva constituída

a partir da Anistia e ao longo do processo de redemocratização seria responsável por assentar uma imagem equivocada a respeito da atuação das esquerdas – sobretudo armadas – durante o período ditatorial. Questiona-se, com efeito, a ideia de resistência democrática das organizações de esquerda que enveredaram pela luta armada, na medida em que são assinaladas suas pretensões revolucionárias e seus ímpetos totalitários subjacentes. Com “ares de uma condenação generalizada às oposições armadas”, como indica Demian Melo (2014, p.176), muitas dessas produções procuram colocar “em questão, portanto, um senso comum e uma historiografia que veem o desejo de democracia com mais frequência do que se pode constatar historicamente” (Quadrat; Rollemborg, 2011, p.17). Para Denise Rollemborg e Samantha Viz Quadrat, o problema principal dessas análises que viam o “monstro-torturador” no lugar do “homem com a cara de qualquer um, saído da sociedade, nada estranho a ela, portanto” devia-se a que tais estudiosos permaneciam no âmbito de uma história militante.

Em determinados meios – mesmo acadêmicos – ainda sobrevive a crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, da informação. Não compartilhamos dessas posições. Afirmar que um tirano foi amado por seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido e útil para combatê-lo. Ao contrário. Conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também um ato autoritário? (Ibid., p.14)

Se Rollemborg e Quadrat enxergam problemas na análise de historiadores que não conseguem esconder seus compromissos políticos, algo confirmado por suas intenções de derrotar a ditadura *a posteriori*, outros autores chegam mesmo a afirmar que “é muito difícil encontrar na documentação das esquerdas revolucionárias do Brasil elogios à democracia”, inclusive porque aquelas “foram à luta numa perspectiva ofensiva, revolucionária” (Reis Filho, 2006). Assim, “autoritários, soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico”, tendo pago um alto preço pelos erros cometidos e “por desejar aquela revolução que tanto amavam, mas que, definitivamente, faltara ao seu encontro” (Reis Filho, 2014, p.78).

Uma rápida análise da documentação produzida naquele período por diversos grupos da esquerda armada permite, entretanto, problematizar muitas dessas interpretações. Primeiro, porque a homogeneidade implícita de uma conclusão

do tipo “as esquerdas da época eram pouco democráticas” elimina uma série não desprezível de diferenças entre cada uma daquelas organizações. Para citar um exemplo, na coletânea documental organizada ainda nos anos 1980 pelo próprio Daniel Aarão Reis Filho ao lado de Jair Ferreira de Sá, as referências à democracia são inúmeras. Seja na forma de um Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que, ao elencar suas tarefas enquanto organização revolucionária, apontava para a necessidade de “garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares”, ou de um PCdoB que dizia lutar pelo “respeito aos direitos democráticos” (1985, p.74).

O trabalho de Diego Grossi Pacheco também chama a atenção para esse ponto (2014) ao vincular a concepção de democracia das organizações armadas ao marxismo-leninismo, diferenciando-as, pois, da liberal amplamente difundida, tanto no cenário político atual, como em boa parte da historiografia. É o mesmo sentido do preciso comentário de Caio Navarro Toledo a respeito dessas correntes:

Cativos de uma concepção liberal de democracia, esses autores denominavam e acusavam de “não democráticos” os setores de esquerda que lutavam pela radicalização de reformas em profundidade na sociedade capitalista brasileira. Ou seja, golpistas eram todos aqueles que – na teoria e na prática – questionavam e combatiam os limites classistas de democracia liberal existente no país. (Toledo, 2014, p.36)

Pode-se discordar e é certamente oportuno que se discuta o projeto democrático defendido por aqueles grupos, mas é incorreto negar sua existência. Da mesma forma, a reivindicação de que seria necessário haver uma perspectiva de interpretação das ditaduras desde o seu interior, e não do exterior sob uma forma de denúncia *a priori*, tal como a produziram os marxistas e demais correntes críticas, não se diferencia em nada do revisionismo europeu. Do velho mundo, Renzo De Felice, George Mosse e Emílio Gentile, entre outros, chegaram a rechaçar qualquer interpretação antifascista do fascismo como que contaminada pelo germe da ideologia (Traverso, 2012, p.138).

Por conseguinte, como sugere Manuel Loff, que se debruça sobre as políticas de memória e os debates sobre o revisionismo em Portugal, as formas assumidas pelo discurso histórico recente em torno das batalhas de memória surgidas nos últimos anos não deixam de denunciar uma divisão de tarefas entre as elites políticas, empenhadas “em não falar do passado”, considerando “a memória uma questão familiar e individual”, e seus “porta-vozes intelectuais”, com inúmeros prepostos na historiografia, que acentuam a agressividade ao atacarem “a herança revolucionária de 1974-75”, importando “literalmente os critérios do revisionismo internacional”. Para o historiador lusitano, um dos mais importantes estudiosos e adversários do revisionismo, tal procedimento mal esconde seus compromissos com as políticas de memória das direitas portuguesas que lastreavam seu discurso

em torno de um suposto combate às duas ditaduras: a da Revolução totalitária antecipada pelo “PCP da oposição” e a anterior ditadura salazarista (Loff, 2015, p.138-139).

No final das contas, em sua versão brasileira e de forma singular, o enunciado do filósofo argentino propositor do “*no matarás*” dá feições radicais à comparação feita por Daniel Aarão Reis Filho entre Osama Bin Laden e o mesmo Che Guevara, “homens de pétreas convicções” que, cada um ao seu modo, pretenderam “curvar o mundo a seus desejos”, distanciando-se da democracia,

[...] território da palavra, da disputa contraditória, assumida e reconhecida, da alternância legalizada, da desconfiança organizada, do espaço próprio da política porque a guerra, ao contrário da fórmula lapidar e do senso comum, não é a continuação da política por outros meios, mas a sua clara negação (Reis Filho *apud* Mattos, 2014, p.97).

Para Marcelo Badaró Mattos, “ao desqualificar as alternativas revolucionárias de alguma forma sustentadas pela análise crítica do social empreendida pelo marxismo”, o objetivo político explícito de Daniel Aarão é o de oferecer “uma valorização acrítica dos regimes democráticos – tomados como ‘cultura política’ naturalizadamente homogeneizada” (Mattos, 2014, p.97). Em se tratando da análise produzida por um autor oriundo do marxismo e ex-integrante de uma organização armada, a desqualificação das alternativas revolucionárias anteriormente abraçadas não deixa de cumprir um papel de acerto de contas, uma espécie de autocrítica, exercício de memória, muito dificilmente *história* como a concebia Hobsbawm em referência evocada acima.

As razões militantes

Os leitores argentinos estão, em geral, familiarizados com a figura literária de *Funes, o memorioso*. O personagem imaginado por Jorge Luis Borges é dotado da ambígua capacidade de lembrar-se de tudo. Esteban Campos recorre a ele para responder à pergunta: é possível uma memória completa? Destacando o notável fato de que “a memória completa da personagem de Borges seja irmã da loucura ou da paralisia” (Campos, 2009, p.15), o historiador argentino dá razões para sua negativa. Primeiro, porque toda lembrança, afirma, implica certos esquecimentos. A obstinada tentativa de enfrentar o que já foi chamado de “memória confortável” no Brasil, ou “idade da inocência” na Argentina, oculta uma operação que, muito longe de reestabelecer um equilíbrio na análise do passado ou completar lacunas nas recordações a seu respeito (Campos, 2017), termina por igualar, sob guarda-chuvas conceituais, atitudes conflitantes. Além disso, esse procedimento, possivelmente à revelia das intenções de seus autores, parece claramente dirigido por coordenadas políticas e culturais cujo horizonte ideológico é extremamente conservador. Despido, portanto, de qualquer presunção de neutralidade.

Em entrevista concedida à *Revista de História* em 2009, Giovanni Levi chama-va a atenção para o que, segundo ele, era uma tendência na historiografia italiana do século XXI. O historiador qualificava de revisionistas as leituras dedicadas a detratar as visões estabelecidas até então a respeito da resistência antifascista:

Quando digo revisionismo sobre o período fascista, não estou falando de uma apreciação positiva do movimento, e sim de uma depreciação do antifascismo. Esta é a leitura que predomina hoje na Itália: “Não queremos falar bem do fascismo, mas nos divertimos em falar mal do antifascismo. Os dois são iguais, ambos cometeram atos de violência etc.” (Levi, 2009)

O que parece haver de comum nessas – já nem tão – novas formas de revisão da história, nesse tipo de olhar que se esforça por borrar as diferenças entre grupos que estiveram em oposição (“eram todos autoritários, todos violentos”), embaçando as causas do conflito, é uma visão negativa do próprio passado: “o novo questionamento das utopias se preconiza como medida profilática” (Traverso, 2014, p.51). Desse modo, na medida em que questionam as revoluções e as utopias e cada vez mais se comprazem em “falar mal do antifascismo”, certos estudiosos resvalam para inquietantes formas de absolvição de ditadores, genocidas, torturadores e fascistas enquanto condenam antifascistas, revolucionários e militantes de organizações que combateram na luta armada. Em sua versão mais *hard*, o revisionismo histórico corre o risco de extrapolar em direção a um negacionismo, que chega a questionar a veracidade do holocausto, as responsabilidades de Hitler e a autenticidade das provas que décadas de pesquisas sérias lograram reunir.

O problema do revisionismo, que é também o do negacionismo, contudo, é que não se trata de uma mudança de interpretação em função do aparecimento de novas fontes que tornam as antigas “verdades” obsoletas. O revisionismo surge em função da mudança no fluxo do humor das sociedades em relação a certos temas, sugerindo que mesmo quando todas as evidências apontam numa direção, as interpretações podem apontar no sentido oposto. Isso acontece na historiografia europeia em relação ao nazi-fascismo e ao tema das Revoluções Francesa e Russa, e termina por repercutir nos estudos sobre as ditaduras argentina e brasileira aqui mencionados. O resultado dessa mudança de perspectiva, que conforma uma historiografia de feições conservadoras, é o encurtamento comprometedor das distâncias entre vítimas e verdugos. Evitando “falar mal” *somente* das ditaduras, como acreditavam que faziam os historiadores militantes, na suposição de praticarem uma história “científica” e não militante, terminam por proporcionar um insólito deleite no ataque à historiografia crítica, apoiada na defesa do antifascismo e no combate às ditaduras e às versões conciliadoras produzidas por historiadores e intelectuais diversos.

Diversos autores dedicaram-se a interpretar as tendências revisionistas na historiografia brasileira, destacando as nuances e particularidades das obras asso-

ciadas a essa tendência, e sublinhando a permanência de certo núcleo argumentativo que temos abordado até aqui (Melo, 2014; Sena Júnior; Melo; Calil, 2017). A essas análises veio se somar – apesar da reserva em relação à adoção literal do termo – o interessantíssimo aporte de Eurelino Coelho acerca dos voos alçados pela bibliografia revisionista e do contexto que a justifica. Identificando as raízes profundas destas leituras em obras como as do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ainda nos anos 1970 e 1980, Coelho demonstra como a ascensão dessa perspectiva ao proeminente patamar que hoje ocupa é extremamente devedora de seu alinhamento “com as necessidades simbólicas ‘dos de cima’”, num cenário marcado pela consolidação da hegemonia burguesa ao longo dos anos 1990 (Coelho, 2015, p.137). Nesse sentido, o autor demonstra que “exatamente porque o que produzem se tornou relevante para o bloco dominante”, esses historiadores passaram a gozar do mais amplo acesso à divulgação e de muito maior presença nos meios de comunicação, configurando, talvez, aquela divisão de tarefas referida por Loff. Essas constatações obrigam a recordar que, ao tratar do passado, o que Coelho chama de golpe historiográfico termina por atingir adversários do presente.

Ao desenhar com cores lúgubres o caráter golpista dos que se mobilizaram pelas reformas de base, aparece no verso do papel, nas mesmas cores, a imagem dos projetos políticos que ainda insistem na possibilidade de que o poder político, em outras mãos e completamente reconfigurado, sirva para a promoção de mudanças substantivas e não para a perpetuação do *status quo*. Por fim, ao atacar o caráter supostamente antidemocrático dos que combateram a ditadura, assesta-se um golpe em todos os que ousam desafiar, por discursos e ações, os limites da concepção procedimental e se entregam à construção de formas políticas de democracia que não se apartem de seus conteúdos sociais. (Ibid., p.138)

Se observada atentamente, o disfarce da isenção – subjacente à condenação de outras práticas historiográficas como militantes – se desintegra. A prática dos “acadêmicos exclusivamente academicistas” revela, então, sua face menos nobre: dedicada a trazer à tona elementos supostamente silenciados por todas as historiografias que não a sua, o que conseguem é elaborar a imagem de um passado saturado de injúrias, fornecendo munição às formas mais reacionárias de apreensão da história.

Não é outro o motivo pelo qual Carlos Fico, quando discute a última ditadura brasileira no artigo acima citado, adjetiva um único tipo de historiador, o marxista. Os outros são apenas “historiadores”, porque não há liberais, weberianos, foucaultianos ou pós-modernos, há somente os historiadores (acadêmicos? objetivos? científicos?) contra os quais os marxistas se insurgem com suas polêmicas excessivamente politizadas e militantes, embora “irrelevantes”.

A propósito dos usuais disfarces que de maneira apriorística pretendem definir os vencedores da contenda antes que o debate se estabeleça, e cujas proposições

aparecem às claras ou de maneira tácita nas formulações de historiadores brasileiros e argentinos, alguns dos quais poderíamos chamar de revisionistas, o pressuposto contra o qual nos insurgimos é o de que possa existir uma história puramente objetiva, científica e, portanto, não militante ou partidária. Ainda mais quando a matéria é o tempo presente, a história contemporânea e momentos conflituosos do passado, a respeito dos quais é impossível se esquivar das batalhas de memória, tal presunção é nada mais nada menos que uma superstição (Sena Júnior, 2017, p.46-47), pois, como propõe Álvaro Bianchi (2012, p.362): “As batalhas travadas nas trincheiras da historiografia são, também, combates levados a cabo na política. Que os atores das batalhas historiográficas sejam respeitáveis acadêmicos não os torna menos partidários”.

Ou seja, se os historiadores buscam todos a “verdade” sobre o passado e com seus métodos e recursos, chamados por Thompson de lógica histórica, movimentam-se diante das evidências que são encontradas e permanentemente selecionadas (Thompson, 1981, p.49), não importa que o façam do lugar da academia, do partido ou de uma militância qualquer, contanto que o façam da maneira adequada e cientes das posições políticas – partidárias, portanto – que esposam permanentemente.⁴

Breves conclusões

Apesar da especificidade dos objetos, das particularidades discursivas e das diferenças metodológicas, as tendências revisionistas no Brasil e na Argentina tendem a aproximar-se justamente no afunilar das orientações ideológicas que informam seus questionamentos. Constituídas a partir das coordenadas de um formato liberal-representativo de democracia, terminam por adotá-lo como manancial teórico de suas críticas, por exemplo, à violência revolucionária, ou para diagnosticar, no interior de uma sociedade pouco problematizada enquanto conjunto, um déficit democrático.

Deste modo, para além das intenções de seus autores, alguns desses trabalhos abrigam em suas reflexões um mandato, diferente do “*no matarás*” de Del Barco em seu conteúdo, mas semelhante na universalidade que supõe: não farás a revolução. Em seu argumento, seguindo a visão de Hannah Arendt, um dos ícones

4 A propósito das escolhas que inelutavelmente os historiadores fazem, Thompson anotou: “Será inútil queixar-se de que a burguesia não foi comunitária, ou de que os Levellers não introduziram a sociedade anarcossindicalista. O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. Podemos dar nosso voto a Winstanley e a Swift; podemos votar contra Walpole e *sir* Edwin Chadwick. Nosso voto nada modificará. E, não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa *para nós*, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente. Se tivermos êxito, então recuamos na história e lhes atribuímos nossos próprios significados: congratulamo-nos com Swift. Endossamos em nosso presente os valores de Winstanley, e fazemos com que o baixo e impiedoso oportunismo que distinguiu a política de Walpole seja visto com horror” (Thompson, 1981, p.52-53, grifos no original).

da historiografia liberal, acolhem e difundem a concepção de que revoluções são portadoras de disposições totalitárias e, principalmente, de terror consciente, como aquele imposto pelo Partido Bolchevique depois da Revolução de Outubro (Arendt, 2011, p.140).

Para além do indispensável desafio epistemológico, a reflexão sobre o fazer historiográfico impõe um ineludível questionamento acerca de seu componente político. Em um cenário onde, a passos largos, avança um pensamento conservador profundamente apoiado em revisões e negações sobre o passado, esse elemento ganha relevo. A afirmação científica da história opera, portanto, justamente como contraponto radical a tais empreitadas reacionárias supostamente objetivistas. Uma apreensão do passado que se queira meramente descritiva e que, ao contemplar, ignore ou deprecie determinados projetos de emancipação, pelo contrário, incorpora-se a seu arsenal como instrumento de conservação da ordem contraposto a qualquer ideal de transformação. E nesse caso, corre-se o risco de fazer da história uma avenida semelhante à da personagem de Calvino (1999, p.249): “se no mundo que me cerca não sobra mais que uma multidão de estranhos, não tardo a captar sensações de solidão e estranheza”.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *O fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ARENDRT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BASUALDO, Victoria. Derivaciones posibles de la polémica iniciada por Oscar del Barco: reflexiones para una agenda de investigación. *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, n.6/7, p.9-12, verano 2006/2007.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 2011, p.222-232.
- BIANCHI, Álvaro. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?. *Perseu*, São Paulo, ano 8, n.6, p.361-380, 2012.
- BUBLITZ, Juliana. Entrevista com Daniel Aarão Reis sobre a ditadura: “Liderada por milicos, com participação civil”. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html#showNoticia=a=SWN2TDR5TygzODM1NTQ4Njc4Njg5Mzk4Nzg0Li9ANTlzMdK5ODgwODkyMzk2Nzc5MDxjKTc5MDgyNDMxMDIwNjQ3MDU1MzYzTn4+PVxoeEM8SC8oL3IzWyk=>.
- BUFANO, Sergio. El final de una épica impura. *Lucha armada en la Argentina*, n.8, 2007, p.42-53.
- CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPOS, Esteban Javier. Una crítica a la ideología de la memoria completa, a propósito de Juan Bautista Yofre y la narrativa histórica en *Volver a matar*. *Conflicto social*, Buenos Aires, año 2011, v.4, p.243-249.

- _____. *¿Una lectura revisionista de la lucha armada? Las políticas de la memoria en los ensayos sobre la violencia política en Argentina*. Universidad de Zulia, 2013, p.79-101.
- _____. *¿Es posible una memoria completa? Acerca de olvidos y reacciones conservadoras en la narrativa histórica de los 60/70s (2006-2009)*. *Afuera. Revista de estudios de crítica cultural*, Buenos Aires, año 2009, v.IV, p.1-9.
- COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista* (online), v.20, p.120-141, 2015.
- CONADEP. *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de las personas*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.
- COURTOIS, Stephane et al. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DEL BARCO, Oscar. *No Matarás*. Carta de Oscar Del Barco. *Revista La Intemperie*, n.17, Córdoba, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia e reformas: alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p.5-74, jan.-abr. 2017.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HENSEL, Jana Zonenkinder. *I figli della Germania scomparsa*. Milão/Udine: Mimesis, 2009.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JOFFILY, Mariana; SCHALATTER, Sergio Luís. Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.3, n.1, p.239-255, jan.-jun., 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3381/338130374004.pdf>.
- LEVI, Giovanni. Entrevista concedida à *Revista de História* em fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/giovanni-levi>. Acesso em: 4 jun. 2016.
- LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2004). In: LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe; SOUTELO, Luciana (Orgs.). *Ditadura e revolução. Democracia e políticas de memória*. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p.23-143.

- MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo. O culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.67-98.
- MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MURPHY, Kevin. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Outubro*, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n.17, p.41-65, 2008.
- PACHECHO, Diego Grossi. A questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Rio de Janeiro, 2014.
- PALTI, Elias José. La historiografía militante “ponderada” y su método. *Prismas*, n.16, 2012, p.221-230.
- PARISÍ, Alberto. El habitus del respeto por la vida. *La Intemperie*, n.18, Córdoba, 2005.
- POZZI, Pablo. Para continuar con la polémica sobre la lucha armada. *Revista Lucha Armada en Argentina*, Buenos Aires, n.5, 2006.
- PRZEWORSKI, Adam. Prefácio. In: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia e reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*. Palestra realizada durante a VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. UNESC, out. 2006.
- _____. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4, p.43-91. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf. Acesso em: 3 maio 2016.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- TARCUS, Horacio. La devaluación logicista de la historia: última réplica a Elias Palti. *Prismas*, n.17, 2013, p. 245-253.

- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas-SP, Revan, n.19, p.27-48, out. 2004.
- TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- _____. *¿Qué fué de los intelectuales?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1964-2014: golpe militar, história, memória e direitos humanos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

Resumo

No presente trabalho buscaremos analisar em chave comparativa algumas tendências interpretativas difundidas atualmente nas historiografias do Brasil e da Argentina. Tratando de compreender seus pontos de contato, suas similitudes e o contexto no qual emergiram, destacaremos as transformações experimentadas pelo ambiente intelectual dos dois países sobretudo a partir de meados dos anos 1980, quando uma imensa ofensiva ideológica se conformou tendo o marxismo e as interpretações canônicas inspiradas no marxismo como alvo. Nesse cenário, ganham importância as reflexões sobre o fazer historiográfico com destaque para as iniciativas de caráter revisionistas, seu ineludível componente político e os vínculos entre memória e passado recente.

Palavras-chave: Historiografia; ditaduras; Brasil; Argentina

Abstract

In this paper, we seek to analyze comparatively some current interpretative tendencies disseminated in the framework of Brazilian and Argentinian historiographies. In order to comprehend its convergences, similarities and the the context in which they emerged, we will highlight the transformations experienced by the intellectual environment of both countries, especially since the middle of the 1980s, when an immense ideological offensive was directed against Marxists theories. In this scenario, reflections about historiography practices with emphases on revisionists initiatives, its undeniable political component and the linkage between memory and recent past, gain importance.

Keywords: Historiography; dictatorship; Brazil; Argentina